

Resumo: Esta pesquisa teve por preocupação concentrar e aprofundar os estudos no âmbito religioso-educacional e de perceber a produção e o controle das condutas sociais. Para nós, conhecer historicamente uma estrutura social significa conhecer suas instituições de ensino, já que elas ajudaram a delimitar um saber e criar identidades sociais específicas. Ademais, vem sendo constante o empenho de historiadores, sociólogos, psicólogos e pedagogos em direcionar suas pesquisas para a discussão dos sistemas educacionais constituídos e sua ligação com as instituições político-religiosas. Isso impõe um viés analítico que reflita a preocupação de “reconstruir” um passado baseado em uma visão relacional das instituições e dos sujeitos envolvidos. Desta forma, a formalização de uma prática educacional dirigida pelo poder público e eclesial sugere múltiplas interrogações e, por si só, exige do pesquisador uma delimitação espaço-temporal.

Abstract: This research paper attempts to concentrate on the study of subjects in the area of education and religious formation in view of the results and control of social behavior. What concerns us is all about knowing historically a social structure as regards its educational institutions since they helped to delimitate and create specific social identities. Furthermore, quite helpful were the endeavors of historians, sociologists, psychologists, and pedagogues who related their studies to discussions of educational systems and relating them to political and religious institutions. This leads to analytical insights in order to “reconstruct” the past which is based on former institutions and educators. In this sense, previous educational systems sustained by government and ecclesial institutions have to take into account a series of questions and proposals which have to be dealt with in the research.

Nos Albores da República Brasileira a Proliferação de uma Rede de Ensino Católica¹

Rogério Luiz de Souza²

- 1 Esta pesquisa foi desenvolvida no Laboratório de Religiosidade e Cultura (LARC), junto ao Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e contou com os recursos do FUNPESQUISA2002.
- 2 Professor Doutor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e Coordenador do Laboratório de Religiosidade e Cultura da UFSC.



Esta pesquisa teve por preocupação concentrar e aprofundar os estudos no âmbito religioso-educacional e de perceber a produção e o controle das condutas sociais. Para nós, conhecer historicamente uma estrutura social significa conhecer suas instituições de ensino, já que elas ajudaram a delimitar um saber e criar identidades sociais específicas. Ademais, vem sendo constante o empenho de historiadores, sociólogos, psicólogos e pedagogos em direcionar suas pesquisas para a discussão dos sistemas educacionais constituídos e sua ligação com as instituições político-religiosas. Isso impõe um viés analítico que reflita a preocupação de “reconstruir” um passado baseado em uma visão relacional das instituições e dos sujeitos envolvidos. Desta forma, a formalização de uma prática educacional dirigida pelo poder público e eclesial sugere múltiplas interrogações e, por si só, exige do pesquisador uma delimitação espaço-temporal.

Nossa investigação centrou-se na formação e institucionalização do sistema escolar em Santa Catarina no contexto da Primeira República, restrita ao estudo da interferência da Igreja Católica no meio educacional e na inauguração de uma rede escolar denominada “Escolas Paroquiais”. Baseados em documentos eclesiais e nos relatórios dos Serviços da Instrução Pública do período, fez-se a opção pelo resgate do surgimento das “Escolas Paroquiais” em Santa Catarina e seu vínculo com o nascente Estado republicano. A análise destes documentos foi feita a partir de um ponto de vista teórico³ que sugeriu a presença da Instituição Religiosa como mecanismo de seqüestro das práticas educacionais cotidianas e inserida também no paradigma republicano. Portanto, teve a pesquisa um procedimento de caráter tanto empírico-investigativo como crítico-analítico.

Ao final da pesquisa gerou-se um trabalho que veio esclarecer sobre a atuação da Igreja Católica em Santa Catarina como co-produtora de uma ordem política republicana e formadora de uma rede escolar paralela ao poder público, porém, continuadora das estratégias de enquadramento deste mesmo poder. Segundo nossa análise, o cenário que se apresentava foi propício ao aparecimento de uma rede escolar católica

3 Ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987; *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal, 1988; ORLANDI, Eni P. *Palavra, fé, poder*. Campinas: Pontes, 1987; *A Linguagem e seu Funcionamento*. Campinas: Pontes, 1996; BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Edusp, 1996; *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989; e CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*. São Paulo: Perspectiva, 1972.



popular, constituidora de um referencial cristão-romanizador, moderno e patriótico. As chamadas Escolas Paroquiais figuraram nesse momento como instituições de reorientação do paradigma cristão por meio da catequização e do controle das mentes e dos corpos através da escolarização. Afinal, a divulgação de um saber é a tentativa de consolidação de um poder. Inseridas num contexto de “relação conflituosa” entre Estado e Igreja, as Escolas Paroquiais, contudo, emergiram claramente de uma necessidade recíproca de manutenção destas instituições.

De certa maneira, o Estado republicano curvou-se diante da industriosa e acelerada difusão destas escolas, inicialmente conhecidas por Escolas Católicas já que se limitavam tão-somente à catequização. Os governos estaduais tinham dificuldade de se fazerem presentes nas regiões de imigração e afastadas dos centros mais urbanizados da época. Todo o esforço da legislação sobre ensino e educação, pelo menos até 1914, foi o de tornar facilitada a abertura e instalação destas escolas particulares e confessionais.

Além de situar historicamente o aparecimento das Escolas Paroquiais no momento da implantação da República no Brasil, nossa pesquisa orientou-se por duas vertentes teórico-metodológicas de análise. Estas posturas assumidas possibilitaram traçar os objetivos organizacionais deste sistema escolar e reler as fontes a partir da intencionalidade das instituições envolvidas.

A primeira vertente nos ajudou a ler a “fonte/discurso” como processo de significação e lugar de criação e recriação do contexto social. O discurso eclesial foi entendido como legitimador de um processo político-educacional e a sua linguagem como comunicadora de um conjunto de idéias, emoções e desejos por meio de símbolos intencionalmente produzidos e recriados. E isso nos permitiu afirmar que a Igreja no Brasil, inserida no movimento restaurador do catolicismo e através de uma gigantesca rede escolar, instituiu uma linguagem fechada e arbitrária, dentro de códigos que foram habitualmente internalizados a partir de uma determinada prática pedagógica e utilizados dentro de significações específicas para fixar identidades e representações sociais.⁴

4 ORLANDI, Eni P. *Palavra, fé, poder*. Campinas: Pontes, 1987; *A Linguagem e seu Funcionamento*. Campinas: Pontes, 1996; BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Edusp, 1996; *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989; CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*. São Paulo: Perspectiva, 1972; e LYONS, John. *Linguagem e Lingüística*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.



A outra vertente apontou para a análise das ações e práticas educacionais implementadas pela Igreja, tentando explicitar a sua finalidade, o seu conteúdo, a sua relação com o saber científico e a fabricação de proposições legitimamente aceitáveis. Ou seja, pretendemos mostrar a atuação da Igreja na disciplinarização e no controle do corpo infantil, através de regras de higienização, de estímulo a uma prática comportamental cristã, de desenraizamento cultural e da captura dos desejos da criança. Afinal, a atitude de vigilância da Igreja nas escolas paroquiais “tornou-se um operador econômico decisivo, na medida em que foi ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”⁵. A partir daí, portanto, o nosso estudo limitou-se a identificar a proposta de um projeto educacional reformador da conduta e do espaço social em vista da integração da criança ao aparelho produtivo.

Como a preocupação teórico-metodológica sugeriu a análise do discurso católico a respeito do sistema educacional da Primeira República e o reconhecimento da sua ação disciplinadora através de uma rede escolar paroquial em vista do ordenamento da atividade econômico-produtiva, recorreremos exclusivamente à própria documentação eclesiástica do período. Essas fontes foram levantadas no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Florianópolis e se constituíram na sua maioria em instruções, declarações e ofícios episcopais, relatórios paroquiais, cartas pastorais, boletim eclesiástico e livros tombos. Outras fontes foram aproveitadas, como por exemplo: os relatórios da Instrução Pública (encontradas no Arquivo Público de Santa Catarina) e os debates das propostas educacionais em periódicos (encontrados na Biblioteca Pública de Santa Catarina).

Da pesquisa propriamente dita podemos dizer que – após o levantamento e análise das fontes pesquisadas e seguindo a orientação teórico-metodológica sugerida por nós – o processo de construção da República brasileira aparecia amarrado à força institucional católica, revelando a tolerância, o silêncio e a atitude não intervencionista do Governo Federal nas áreas da educação popular. Aceitava-se, enfim, que a disciplina, o controle e a repressão no meio escolar deveriam assegurar a formação de uma infância identificada com o paradigma do bom CIDADÃO, do bom REPUBLICANO e do bom CRISTÃO.

5 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Op. cit., p. 157.



Para Igreja era certo que nenhum poder temporal teria força suficiente para governar um país e educar suas crianças sem um referencial ético-cristão que imprimisse os ideais de ordem e de progresso. Comparada com o republicanismo incipiente, esta mesma Igreja se apresentava tradicionalmente como uma sociedade perfeita, ordeira e hierarquizada, bem ao gosto da matriz positivista autoritária dos primeiros presidentes militares. A reivindicação dessa tradição garantia um espaço de interferência na sociedade ao mesmo tempo em que insinuava uma re-significação de base sacral da ciência e da técnica moderna. Nesse sentido, a proposta educacional católica visava uma organização escolar mais popular, oscilando entre a influência humanista clássica e a sedimentação de valores nacionais. E assim foi que o Episcopado brasileiro relacionou-se com o Estado republicano, apresentando-se como colaborador no engrandecimento material e moral da Nação.

O Estado tinha que contar com a influência da própria instituição católica a fim de desencadear um sistema educacional/escolar que contemplasse o maior número de sujeitos. Essa emergência nascia da própria expectativa positivista de ordem e de progresso, cujo interesse do capital exigia o aprimoramento, a disciplina e o adestramento do sujeito para o mundo do trabalho.

Inaugurava-se, enfim, um projeto educacional católico com o objetivo de dar funcionalidade a um sujeito moderno, mas também virtuoso, cristão e republicano. Queria-se dar a cada criança “a oportunidade” de se identificar com o tipo-ideal preconizado, isto é, na possibilidade da criança, num primeiro momento, sujeitar-se, asceticamente, aos mecanismos normatizadores da prática educacional, na qual a disciplina eclesiástica assumira papel fundamental na efetiva formação da conduta e do caráter nacional; para depois, num segundo momento, encontrar esta mesma criança fazendo-se de arauto da legítima ordem, anunciando e denunciando os ineptos que se colocavam como antagonistas do projeto.

A proliferação de uma rede de ensino popular – por parte do regime republicano – estava diretamente ligada à sua condição de investimento na expansão de prédios escolares públicos e de instrução gratuita. Mas essa realidade estava nos albores da República brasileira inviabilizada, pelo menos para as regiões mais afastadas dos centros urbanos. Não seria possível dizer que o Estado laico teria conseguido criar um sistema educacional popular eficaz.



A emancipação de um Estado republicano precisava contar com instituições escolares que contribuíssem com o desenvolvimento da indústria e a difusão de um “saber positivista”. A reforma Benjamim Constant, que tinha como princípios norteadores a laicidade do ensino, a formação na ciência e a gratuidade da escola primária, estava de mãos atadas diante da ineficiência do Estado. Portanto, a expansão do ensino e a organização escolar dependiam da influência e da experiência acumulada da Igreja Católica no setor educacional. Ademais, é esclarecedor dizer que a própria Igreja lançava-se a este projeto educacional – como é reconhecido na historiografia brasileira – no intuito de dar uma resposta também à secularização do ensino impetrado pelos liberais republicanos.

Ao mesmo tempo em que um projeto modernizador da economia brasileira e de integração ao mercado exterior estava sendo desejado pelo Estado republicano, a Igreja Católica também ia se constituindo como uma “Instituição Moderna”, que negava seu passado imperial, baseado no padroado, e inaugurava um projeto de cunho reformista europeu.⁶ Assim, ela se associava de algum modo ao ideal civilizatório do Estado republicano.

A sociedade brasileira, que aos poucos se desenvolvia em uma base urbano-comercial, começava a ser arremetida por estes projetos político-religiosos que exigiam a moralização dos corpos e o fim do analfabetismo, “porque as técnicas de leitura e escrita iam se tornando instrumentos necessários à integração em tal contexto social”.⁷ Daí as campanhas de difusão da escola primária que impeliam os setores da Igreja e da Indústria a, paralelamente e com propósitos particulares, contribuir com a criação de escolas particulares diante da insuficiência de verbas e ineficácia no enfrentamento do problema por parte do Estado.

Se a separação estabelecida pela Constituição de 1891 da Igreja Católica e do Estado trouxe alguns dissabores entre essas instituições – depois sanada já a partir da década de 1910 em que se anuncia uma etapa de reaproximação e de combinação de forças –, ficou patente a necessidade desse mesmo Estado contar com sua colaboração. Afinal, os grandes vazios existentes na área educacional e a não interferência nas escolas primárias particulares e confessionais – exceto aquelas que,

6 Referimo-nos ao modelo de romanização transplantado para o Brasil pela alta hierarquia católica. Ver AZZI, Riolando. *O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994.

7 RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *Op. cit.*, p. 82.



por razão da primeira Grande Guerra Mundial e consideradas perigosas à formação das crianças, foram fechadas – deixam transparecer a vontade de um Governo em dar plena autonomia à Igreja e aos seus Estados de expandirem e promoverem uma política educacional popular apropriada às suas especificidades. Conforme Oscar Lustosa, “o Estado de Minas Gerais é caso típico: a própria Constituição Estadual começava invocando o nome de Deus. Na prática, o ensino que, por lei, devia ser leigo nas escolas oficiais, sempre foi aberto à doutrinação religiosa”.⁸ Em Santa Catarina não foi diferente. O Governo catarinense estimulou e subvencionou escolas particulares, principalmente as católicas que investiam na ordem e hierarquização social. Eram comuns escolas públicas e subvencionadas terem doutrina cristã todos os dias fora das horas de expediente e, algumas vezes, adotarem manuais de catecismo durante o horário normal das aulas.⁹

Aos poucos foi-se formando uma gigantesca rede de ensino particular de caráter confessional, que atendeu a necessidade imediata de instrução e de controle do corpo social e que o Estado não conseguia sozinho expandir. A alta hierarquia católica não teria porque perder tempo. Afetada por uma onda secularizante e anticlerical que resultou no seu desligamento com o Estado republicano constituído, a Igreja não queria mais ser vista como uma agência governamental. Sabia da necessidade de “elevar o nível moral, cultural e espiritual do seu clero”, mas sabia, acima de tudo, que era preciso promover uma ação assistencial e educacional que permitisse dar as bases cristãs ao ensino laico e garantisse sua inserção e permanência na sociedade brasileira. Afinal, “conhecidos eram os patrióticos intuitos dos governos em generalizar e popularizar sempre mais a instrução. E a Igreja tinha desejo de tomar parte desta obra”.¹⁰

D. José de Camargo Barros, Bispo da recém criada Diocese de Curitiba, vai dar início ao processo de estabelecimento das Escolas Paroquiais nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Esta experiência

8 LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 28.

9 SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. *Offícios da Instrução Pública*. 1908.

10 OLIVEIRA, D. Joaquim Domingues. *Carta Pastoral sobre o Problema da Instrução*. Florianópolis: Livraria Cisne, 1920, p. 21.



chegou mesmo “a servir de subsídio para as outras dioceses brasileiras”.¹¹ Através da Carta Pastoral de 02 de março de 1900 que trata da criação das Escolas Paroquiais, D. José apresentará estas escolas como uma exigência natural-histórica da sociedade, onde a Igreja seria por excelência, desde os primeiros tempos da era cristã, a instituição responsável pela formação da criança. Na verdade, o Bispo ao inventar explicitamente uma tradição lhe conferia, de algum modo, legitimidade de ação social e se assenhoreava de um poder autorizado de controle educacional quando se reportava aos modelos de instrução européia tão desejados e cobiçados pela elite governante brasileira. Conforme D. José, “era chegada a hora de imitar os irmãos da Europa e da América do Norte com a criação das Escolas Paroquiais tendo em vista a nova situação conjuntural em que vive a Igreja Católica”.¹² Como fica explícita numa nota do jornal “A Gazeta Catharinense”, estas escolas constituíram-se dentro de um modelo de civilidade e pautado nos referenciais da Escola Moderna.

Mantidas pelas famílias das paróquias, por Associações Beneméritas e, até mesmo, subvencionadas pelos poderes públicos, as Escolas Paroquiais ficavam em algum prédio da Igreja. Nas colônias estrangeiras era comum o professor – religioso ou membro da comunidade responsável pela Escola Paroquial – estimular a cultura de origem, uma vez que estas colônias se viam isoladas.¹³ O crescimento destas escolas em Santa Catarina foi significativo, tornando-se uma rede escolar que chegou a ultrapassar quantitativamente a escola pública. Esta rede de ensino particular de caráter confessional atendeu a necessidade imediata de instrução e de controle do corpo social. Ademais, a atitude de vigilância da Igreja nesses espaços “tornou-se um operador econômico decisivo, na medida em que foi ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”.¹⁴ Sob a normatização episcopal, elas processaram uma malha de interferência nos meandros da sociedade catarinense, atingindo significativamente as camadas populares e produtivas do Estado.

11 HEERDT, Moacir. *As Escolas Paroquiais em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1992, p. 65 (Dissertação de Mestrado).

12 BARROS, D. José de Camargo. Carta Pastoral sobre as Escolas Paroquiais. *Boletim Eclesiástico*. Curitiba: s. ed., Anno I (3), 1900, p. 27.

13 Cf. SUNDRUP, Pe. José. Chronik: der Casa de Misericórdia in Azambuja (setembro de 1903). In: *Notícias de “Vicente Só”*. Brusque, nº 06, 1978, p. 53.

14 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 157.



Reduzir o poder de interferência da Igreja na área educacional a fim de garantir as expectativas de certos liberais era desejo incontido de parte de um grupo de políticos republicanos. Contudo, como viabilizar um sistema público de ensino que atingisse todas as camadas da sociedade? Era imprescindível, mesmo que a contragosto, deixar proliferar redes de escolas primárias particulares e confessionais. Num mercado pedagógico de ofertas religiosas diversas, a organização das Escolas Paroquiais acabava-se inserindo num projeto republicano, já que para se legitimar diante de outros estabelecimentos de ensino particular precisava também buscar o reconhecimento do Estado. Daí o esforço da Igreja de torná-la mais do que centro de preparação catequética, aproximando-se mesmo dos programas das escolas do governo e dando ênfase ao caráter moderno de sua instrução. Assim a educação católica e moderna no Brasil rezou a litania da educação para o povo, voltada e dedicada a fazer trabalhar e moralizar as crianças. Educar significaria, portanto, na própria concepção do primeiro Bispo diocesano de Florianópolis, D. João Becker¹⁵, “dirigir, formar e proteger cuidadosamente as qualidades físicas, bem como as faculdades da alma, de sorte que se possam elas desenvolver na mais bela harmonia e que possa o menino neste mundo cooperar para o bem da sociedade humana e glória de Deus”.¹⁶ A direção desta instrução obviamente deveria proporcionar o progresso da Nação, numa preocupação clara com a disciplinarização dos corpos e com a invenção e fixação de papéis sociais aceitáveis e inalteráveis. Em outras palavras, o bem da sociedade exigiria que o conhecimento adquirido pela criança não fosse além de sua futura e determinada ocupação social. O maior interesse dessa pretendida civilidade era a popularização de uma educação moral, de justificação de seu lugar na sociedade mais que a educação técnico-científica. E que melhor, para isto, que a proposta pedagógica da Igreja católica?

A partir de 1914 vê-se um movimento de aproximação mais acentuado entre o Estado e a alta hierarquia católica em Santa Catarina. O segundo Bispo Diocesano de SC, D. Joaquim Domingues de Oliveira, começou a costurar sua estratégia colaboracionista com o Governo estadual, esboçando-se uma aliança que permitiria o ensino religioso oficial

15 D. João Becker tomou posse da recém criada Diocese de Florianópolis em 1908, permanecendo até o ano de 1912 quando foi eleito Arcebispo de Porto Alegre.

16 BECKER, D. João. *Carta Pastoral sobre as Escolas Paroquiais*. Florianópolis: Typographia Brazil, 1909, p. 06.



em todos os estabelecimentos escolares. E já em 12 de março de 1919 o ofício da Secretaria do Interior e Justiça “permitia ao clero o ensino de doutrina nos estabelecimentos públicos de instrução aos alunos que a isso quisessem sujeitar-se”.¹⁷ Na verdade, conforme a Carta Pastoral de 1922 do Episcopado Brasileiro, os poderes públicos tinham sempre procurado aplicar a Constituição de 1891 de modo não infenso ao catolicismo.

Convencido de que ao Estado cabia garantir os institutos de ensino e à Igreja organizar e promover a difusão do ensino religioso nesses estabelecimentos, D. Joaquim aos poucos doava ou cedia seus prédios escolares ao Estado e em troca permitia-se o ensino religioso na rede de ensino público. Conforme Heerdt, “no relatório de instrução pública de 1929 aparece um dado interessante que nos auxilia a esclarecer este fenômeno. Diz o relatório que só no município de Blumenau foram doadas ou cedidas ao Estado 15 casas para a instrução de escolas públicas”.¹⁸ Esse fenômeno mais do que revelar o fim das Escolas Paroquiais confirmou a tentativa inicial da Igreja nos idos de 1890 de tornar as instituições educacionais primárias em estabelecimentos públicos, gratuitos, populares e, essencialmente, cristãos.

Endereço do Autor:

klaus@cfh.ufsc.br

17 SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. *Diretoria de Instrução Pública*. Florianópolis, 19 de março de 1919.

18 HEERDT, Moacir. *Op. cit.*, p. 147.